

O METABOLISMO SOCIOAMBIENTAL

José Eli da Veiga

Professor Titular

Universidade de São Paulo
Departamento de Economia – FEA
Av. Luciano Gualberto 908
05508-900 - S.Paulo, SP
Fone: 11 – 3091-5883

www.zeeli.pro.br

zeeli@usp.br

Outubro 2007

O METABOLISMO SOCIOAMBIENTAL

1. OBJETIVO

O texto será dedicado à exposição de uma tese bem complicada, além de bem controversa. A assertiva de que o aparecimento do binômio “desenvolvimento sustentável” como valor fundamental para o século XXI deve ser entendida como síntese da *dialética* socioambiental, em reação à séria falha metabólica na relação da humanidade com a natureza que se aprofundou com a revolução industrial. Note que há nessa formulação várias idéias bem mais áridas do que as que apareceram nas duas partes anteriores. Por exemplo, “dialética”, ou mesmo “falha metabólica”. Por isso, antes de tentar trocá-las em miúdos, será necessário precisar melhor o sentido desse recente neologismo “socioambiental”.

Ele parece já estar bem legitimado na sociedade brasileira, apesar de ser bem menos usado em outras línguas. Com a exceção do espanhol, particularmente na Bolívia, até encontra um bom correspondente alemão: “ökosozial”. É verdade que existe uma tentativa de introduzir a expressão “socioenvironmental” na língua inglesa, mas permanece bem mais comum o uso de “socio-ecological” (assim como, em francês, “socio-écologique”). O problema é que esse uso do hífen, separando o ‘social’ do ‘ambiental’ (ou ecológico) vem sendo repudiado justamente pelos criadores do neologismo.

2. METODOLOGIA

A coexistência, mais ou menos pacífica, entre nove respostas resultantes das combinações entre as duas trincas de visões sobre desenvolvimento e sustentabilidade pode levar à idéia de que a expressão “desenvolvimento sustentável” não faça o menor sentido. Pelo menos essa é a conclusão que se imporá a quem seguir o pensamento daquilo que tem sido entendido como a “tradição analítica” da filosofia contemporânea.

Em termos bem gerais, a tradição analítica se apóia na concepção de que a filosofia se realiza pela análise da linguagem. Sua primeira questão central é a seguinte: como uma proposição tem significado? É neste sentido que a linguagem ocupa lugar central nessa tradição. Uma importante afirmação de Bertrand Russell (1872-1970) ilustra bem essa concepção: que toda filosofia sólida deva começar com uma análise da proposição é uma verdade demasiado evidente, talvez, para necessitar ser provada (Russell, 1968). O problema é que os pensadores contemporâneos filiados a essa tradição passaram a entender que toda filosofia sólida se encerra na análise da proposição, em vez de apenas “começar”, como dizia Russell.

“Desenvolvimento sustentável” não faz qualquer sentido para quem siga o pensamento do alemão Gottlob Frege (1848-1925), do britânico George Edward Moore (1873-1958), ou do austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Menos ainda para quem admire as idéias do Círculo de Viena - movimento também conhecido como positivismo lógico, ou empirismo lógico - sob a liderança de Moritz Schlick (1882-1936) e de Rudolf Carnap (1891-1970). Ou ainda, da Escola de Oxford, nome informal de um grupo de filósofos que, entre os anos 1930-1950, realizaram grande esforço de análise

da linguagem ordinária, através de esclarecimento de significado, rompendo com a análise lógica de Russel, e mesmo do positivismo lógico.

Excelente introdução às concepções de todos esses filósofos analíticos pode ser encontrada em Marcondes (2004). Mas não devem ser esquecidos outros, como Thomas Nagel (2004), um expoente da “humildade analítica” que seria o avesso da “arrogância dialética”, segundo seu discípulo Eduardo Giannetti da Fonseca (2004). Conclusão radicalmente oposta será tirada pelos que consideram que a análise é apenas um primeiro momento da reflexão, que precisa ser seguido de um outro que de forma muito grosseira costuma ser chamado de “síntese”, certamente pela influência de Hegel (1770-1831).

Esta é a principal e mais elementar distinção entre as tradições “analítica” e “dialética”. A segunda está tão fora de moda que até pessoas muito inteligentes e cultas chegam a dizer, sem qualquer cerimônia, que pensamento dialético é uma coisa que simplesmente não existe. Provavelmente supõem que só exista uma maneira racional de se pensar. O que é tolo engano, pois existem pelo menos duas. A que se interrompe na análise e a que a entende apenas como primeiro e indispensável momento reflexivo.

Claro, ir além do momento analítico não significa necessariamente assumir a tradição dialética. Há muitos intelectuais insatisfeitos com uma reflexão que fique limitada à sua fase analítica, sem que simultaneamente admitam que sua ultrapassagem seja necessariamente dialética. E eles têm todo o direito de assim pensar, embora estejam devendo um mínimo de argumentos convincentes em favor dessa espécie de “terceira via”. Enquanto tais argumentos não aparecem, é inevitável que pelo menos se entenda bem o avesso da tradição analítica que é sua antípoda tradição dialética.

3. DESENVOLVIMENTO

A questão básica da relação socioambiental está na maneira de entender as mudanças sociais, que jamais podem ser separadas das mudanças da relação humana com o resto da natureza. Uma relação que Marx chamou de “metabolismo” da humanidade com a natureza. Essa noção de metabolismo socioambiental capta aspectos fundamentais da existência dos seres humanos como seres naturais e físicos, que incluem as trocas energéticas e materiais que ocorrem entre os seres humanos e seu meio ambiente natural. De um lado, o metabolismo é regulado por leis naturais que governam os vários processos físicos envolvidos. De outro, por normas institucionalizadas que governam a divisão do trabalho, a distribuição da riqueza, etc.

O termo “metabolismo” (*Stoffwechsel*) surgiu por volta de 1815, mas só começou a ser largamente adotado pelos fisiologistas alemães nas décadas de 1830 e 1840, para se referir primariamente a trocas materiais dentro do organismo, relacionadas com a respiração. E recebeu uma aplicação mais ampla e corrente ao ser usado por Justus von Liebig em 1842 na *Animal chemistry* (a grande obra subsequente à *Agricultural chemistry*, de 1840), na qual usou a noção de processo metabólico no contexto da degradação de tecidos. Mais tarde ela se generalizou como conceito-chave, aplicável tanto ao nível celular quanto na análise de organismos inteiros. E depois passou a ser categoria fundamental de muitas teorias científicas. Capta o complexo processo

bioquímico mediante o qual um organismo, ou uma célula, se serve dos materiais e da energia de seu meio ambiente e os converte em unidades constituintes do crescimento.

Além disso, a noção de metabolismo é usada para se referir aos processos específicos de regulação que governam essa complexa troca entre organismos e meio ambiente. É hoje largamente empregado pelos ecólogos para se referir ao conjunto dos níveis biológicos, da célula ao ecossistema. Um elemento essencial da noção de metabolismo sempre foi a idéia de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessária à vida. Mas o mais importante é que a idéia de “falha metabólica” deu a Marx um modo concreto de expressar a idéia de alienação da natureza (e de sua relação com a alienação do trabalho), que desde os seus primeiros escritos foi central à sua crítica da sociedade capitalista. Ótimas exposições sobre esta questão podem ser encontradas no quinto capítulo de Foster (2005: 201-246) e no décimo primeiro de Bensaïd (1999:433-495).

É fundamental perceber que a relação entre a evolução biológica (hoje melhor explicada pela moderna síntese neodarwiniana) e a mudança cultural das sociedades humanas foi analisada por Marx da mesma forma que analisou a mercadoria na abertura de sua principal obra: *O capital – Crítica da Economia Política*. As partes componentes da mercadoria, encontradas no processo de análise, não são simplesmente diferentes umas das outras. São opostas. Como ressalta Grespan (2006), elas se definem numa relação de confronto, se excluem reciprocamente, negam-se, e, assim, se afirmam. E é fundamental enfatizar que não se trata apenas de um movimento de conceitos. “O movimento dos conceitos só reconstitui um movimento real, existente nas trocas e na produção, isto é, no fazer dos agentes sociais” (Grespan, 2006:10).

E aqui já se aproxima a principal fronteira com a interpretação puramente filosófica da dialética e - de forma bem mais profunda - com a tradição analítica. “Assim como existe uma dialética entre os organismos e seus ambientes, em que cada um conforma o outro, também há uma dialética entre o método e a problemática da ciência”, diz Richard Lewontin (2002:131) na conclusão do livro “A tripla hélice”, de 1998. As raízes dessa vertente científica remontam à obra de grande impacto “La nouvelle alliance”, publicada em 1979 por Ilya Prigogine (Prêmio Nobel de Química em 1977) e sua jovem colega Isabelle Stengers, assim como nas freqüentes referências na vasta obra do paleontólogo Stephen Jay Gould, que desde o início dos anos 1970 foi co-autor da teoria do equilíbrio pontuado (ou intermitente) com Niles Eldredge. E foram bem adiante seus colegas Richard Levins e Richard Lewontin, no livro “The Dialectical Biologist”, de 1985, resultado de discussões no âmbito do “Dialectics of Biology Group”, criado em 1981.

4. CONCLUSÕES

Nada pode impedir que seja subestimada a rapidíssima legitimação global da expressão “desenvolvimento sustentável”. Para muita gente, tudo isso pode parecer pura retórica. O problema dessa postura é que as mudanças semânticas do debate público sempre revelam um sentimento coletivo de que noções utilizadas até determinado momento não dão mais conta da percepção que se tem dos problemas enfrentados. Nem exprimem direito o que se gostaria ou pretenderia fazer em seguida.

Desde o final do século passado, a idéia de desenvolvimento como prosperidade, ou progresso material, passou a ser politicamente incorreta se não estiver seguida do adjetivo sustentável. Fenômeno que foi simultâneo à adoção pelas Nações Unidas da expressão “desenvolvimento humano” como maneira de superar a forte redução da idéia de desenvolvimento ao crescimento econômico mensurado pela elevação do PIB. São mudanças que refletem as hesitações intrínsecas ao enunciado de novos projetos. Por isso mesmo, as noções em torno das quais se realiza o debate público costumam ser imprecisas, fluidas ou ambíguas. E sempre será possível tomá-las ao pé da letra para desdenhar seu real significado.

No entanto, também se pode considerar muita coincidência que, exatamente no início da década passada, três correntes tenham emergido em simultâneo: a do “desenvolvimento humano” (1990), a do “pós-desenvolvimento” (1991), e a do “desenvolvimento sustentável” (1992). Por mais que tudo isso ocorra no âmbito retórico, não seria curiosa essa necessidade de distanciamento crítico da simples noção de “desenvolvimento”, que foi amplamente adotada durante quase toda a segunda metade do século passado?

Para que seja compreendida a relação dialética que existe entre as temáticas do desenvolvimento e da sustentabilidade, ou do crescimento econômico e da conservação ambiental, são necessários conhecimentos sobre os comportamentos humanos (ciências sociais e humanas), sobre a evolução da natureza (ciências biológicas, físicas e químicas), e sobre suas configurações territoriais. Três âmbitos que interagem e se sobrepõem, afetando-se e condicionando-se mutuamente. O que significa que não podem continuar a ser subestimadas as revoluções científicas iniciadas por Darwin e Marx.

Pode parecer estranho, mas o processo de adoção do termo “socioambiental” nada tem de fortuito ou de acaso. Responde a uma necessidade objetiva. A um imperativo, que nunca poderá ser entendido - e muito menos explicado - por quem insista em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético.